



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

[Handwritten signature and initials]

ACTA Nº. 3/2000 SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2000 6 e 10 de Abril de 2000

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.
Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.
Segundo Secretário, Senhor Luis Batista Nunes.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Justino Silva e Miguel Reis, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, a Senhora Vereadora Judite Pinto, os Senhores Vereadores Cumbre Tavares, Carlos Silva, João Bernardino, Rui Loureiro, Fernando Pereira e Miguel Gabriel.

Verificado o Quorum da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I - ORDEM DO DIA

- 1 – Apreciação, nos termos da alínea e), do artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, *“Informação escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*;
- 2 – Apreciação, nos termos da alínea c), do nº. 2, do artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, do *“Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 1999”*;
- 3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa ao *“Projecto de Regulamento Municipal sobre a Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos”*;

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea e) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa à *“Associação Humana – Isenção de Taxas de Ocupação da Via Pública”*;

5 - Designação, nos termos da alínea l) do Artigo 17º. da Lei nº. 147/99, de 1 de Setembro, de quatro cidadãos eleitores para integrarem a *“Comissão de Protecção de Menores da Amadora”*.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem do Dia à discussão e não havendo intervenções, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 32 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

II - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Seixas, Rui Paulo, Joaquim Ferreira e as Senhoras Isabel Pereira e Maria Ester Lourenço.

O Senhor Manuel Seixas, na sua intervenção, falou sobre a paragem de autocarros, na Rua Afonso de Albuquerque, que tanto incomoda os moradores e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a possível colocação de parquímetros naquela rua.

O Senhor Rui Paulo, na sua intervenção, questionou o Senhor Vereador Gabriel Oliveira em relação ao estacionamento com parquímetros, na Avenida Gago Coutinho, pois os moradores já adquiriram os cartões de utente para a isenção de pagamento, mas até à data são obrigados a pagar o estacionamento das dez às dezoito horas. Entregou ao Senhor Presidente da Câmara um Abaixo-Assinado, subscrita pelos moradores da zona centro da Cidade.

O Senhor Joaquim Ferreira, na sua intervenção, falou sobre os parquímetros que vão ser colocados na Travessa Antero de Quental e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre quanto é que os moradores irão pagar pelo estacionamento. Fez um apelo ao Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature and initials: "L t" and "A. Rodrigues"

Presidente da Junta de Freguesia da Venteira para que este desse a sua opinião sobre o assunto.

A Senhora Isabel Pereira, na sua intervenção, falou sobre os parquímetros da Avenida da República, onde é moradora, e cujas tarifas não pode pagar, pelo que é obrigada a estacionar o seu automóvel na Rua Pio XII.

A Senhora Maria Ester Lourenço, na sua intervenção, lamentou que os moradores na Avenida Santos Matos não tivessem sido informados sobre a colocação dos parquímetros. Reclamou ainda, que o estacionamento na Praceta Jeremias Silva estava a ser ocupado por viaturas que não são utilizadas, servindo para fins diversos.

Findas as intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos munícipes, ao que este acedeu.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, manifestou a sua concordância relativamente à isenção de pagamento, por parte dos moradores, das tarifas de estacionamento. Informou os munícipes que a Câmara havia aprovado, na reunião de 29 de Setembro de 1995, um Projecto de Regulamento de Estacionamento Limitado que, após inquérito público, foi aprovado, pela Assembleia Municipal, em 18 de Janeiro de 1996. Este Regulamento estabelecia o pagamento de determinada quantia por parte dos residentes e terceiros equiparados, deduzida em 20%. Após contestação, pois os valores eram demasiado elevados, foi apresentada, em reunião do dia 9 de Outubro de 1996, pelo Senhor Vereador Quadrado Rego, uma proposta no sentido de fixar o valor mensal de seis mil escudos, a qual foi aprovada pela Assembleia Municipal em 7 de Novembro de 1996. Em 27 de Janeiro de 1999, o Vereador Gabriel Oliveira, responsável pelo Pelouro da Rede Viária, apresentou uma proposta relativa ao novo Projecto de Regulamento, nos seguintes termos: Isenção de pagamento nas áreas ou zonas de estacionamento por parte de residentes ou equiparados autorizados; Atribuição de cartão de estacionamento autorizado para os residentes, em número ilimitado, mediante apresentação de documento comprovativo da residência efectiva; Aos espaços não habitacionais situados nas zonas de estacionamento livre, a atribuição de dois cartões por fracção, em condições idênticas às dos residentes. Disse entender que os parquímetros constituem um benefício para os residentes, na medida em que os espaços para

estacionamento estão ocupados, na sua maioria por viaturas para venda, havendo também o problema dos arrumadores, pelo que, havendo parquímetros, estas situações são eliminadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por concluído.

IV - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito os Senhores António Nunes, Manuel Frade, José Teodoro, a Senhora Maria Luisa Jubilado, os Senhores António Tremço de Brito, Júlio Correia, Manuel Jerónimo, José Fernandes, José Graça, Manuel Vieira e Eduardo Pombal.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que dera entrada na Mesa um Voto de Pesar pelo falecimento do Jornalista Jaime Macedo, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário.

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia sugeriu à Assembleia que fosse feito um minuto de silêncio em memória do falecido, o que foi aceite por unanimidade dos Membros.

O Senhor António Nunes, na sua intervenção, respondeu ao pedido do Senhor Joaquim Ferreira, a propósito da sua posição em relação aos parquímetros da Travessa Antero de Quental, dizendo que há cerca de um ano e meio, no âmbito da presidência aberta, na freguesia da Venteira, e em outras intervenções públicas na Assembleia Municipal, ficou subentendido que o estacionamento era gratuito para residentes, mas tal não poderia acontecer enquanto o regulamento em vigor não fosse alterado, pelo que até lá, os residentes continuariam a pagar seis mil escudos/mês. Assim, considerava que, antes da colocação dos parquímetros na zona central da Cidade, devia-se ter procedido à alteração do Regulamento. Informou que a posição da Junta de Freguesia da Venteira, é que deverá ser isentada uma viatura por fogo.

O Senhor Manuel Frade, na sua intervenção, manifestou o seu agrado face à inauguração do Nó do Borel, pois o trânsito flui com mais facilidade, resolvendo assim alguns problemas de trânsito na Amadora. Manifestou ainda, a sua perplexidade relativamente aos cartazes e comunicados do Partido Comunista Português, distribuídos pelo Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

1/1
A. Godinho

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre as obras no Nó do Borel, referindo o descontentamento dos moradores. Informou, que havia votado contra o Regulamento de Estacionamento, porque sempre tinha defendido a isenção de taxas para os moradores, lamentando que a sua alteração não estivesse mais adiantada. Falou sobre o estacionamento destinado aos eleitos da Assembleia Municipal, dizendo que os cartões distribuídos não permitem o estacionamento no parque junto aos Paços do Concelho, criando alguns problemas nos dias de Sessão, pelo que os membros da sua bancada, como forma de protesto, devolveram os seus cartões.

A Senhora Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, procedeu à leitura de uma Declaração Política da bancada do PSD (Documento anexo à presente Acta), e criticou as limitações de estacionamento impostas aos membros da Assembleia Municipal.

O Senhor António Tremoço de Brito, na sua intervenção, disse que a propósito do protocolo dos parques subterrâneos, os moradores da Venteira ficariam isentos do pagamento do estacionamento. Recomendou que, numa perspectiva de aproximação dos eleitos à população, seria necessário descentralizar as Sessões da Assembleia para as Freguesias, à semelhança do que aconteceu no mandato anterior.

O Senhor Júlio Correia, na sua intervenção, entregou ao Senhor Presidente da Câmara uma fotografia, na sequência das cheias verificadas no Sábado anterior, na Avenida José Pontes, na Reboleira.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, concordou com a posição do Senhor Presidente da Câmara, no sentido dos moradores não pagarem estacionamento. Quanto ao estacionamento dos eleitos da Assembleia, referiu que os mesmos são quarenta e quatro e apenas há reservados seis lugares, na Avenida Gago Coutinho, os quais estão normalmente ocupados por viaturas não autorizadas, nomeadamente da Câmara Municipal e particulares.

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção, referiu que o Pelouro dos Transportes é da responsabilidade do Partido Socialista, desde 1996. Solicitou à Mesa da Assembleia o envio aos Membros dos documentos recepcionados, relativos à dignificação das Assembleias Municipais.

O Senhor José Graça, na sua intervenção, disse não concordar que apenas existam, na Avenida Gago Coutinho, seis lugares de estacionamento para os eleitos da Assembleia. Tendo em conta que os mesmos estão sempre ocupados solicitou que, à semelhança do que foi feito no parque da Câmara Municipal, fosse pintado no pavimento as iniciais da AMA. Afirmou-se como defensor da isenção do pagamento do estacionamento por parte dos residentes. Manifestou-se preocupado com a existência de uma lixeira a céu aberto, com queimadas de lixo tóxicos, assim como o seu soterramento junto da ribeira – a Ribeira de Carenque -, pelo que solicitou à Câmara que tomasse as medidas necessárias para inverter a situação. Falou sobre a passagem de peões, na Avenida D. João V, na Damaia, junto aos viadutos, onde existe, no lado esquerdo, um paredão que inibe a visibilidade aos condutores face a eventuais peões que atravessem a rua, pelo que solicitou a intervenção da Câmara.

O Senhor Manuel Vieira, na sua intervenção, disse que a nova saída do Borel é mais longa e mais perigosa. Defendeu que antes de se colocarem os parquímetros, deveria-se ter acautelado a situação dos residentes, e se a deliberação da Assembleia está a limitar a actuação da Câmara, defendeu a suspensão do Regulamento até à apresentação da nova proposta.

O Senhor Quadrado Rego, usou da palavra para defesa da honra, dizendo ser verdade que há seis anos a esta parte o Pelouro do Trânsito tem sido assumido pelo Partido Socialista, no entanto, quer na gestão anterior como na actual, qualquer projecto não é executado pela Câmara sem a respectiva aprovação da Assembleia..

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, tendo reafirmado que o Regulamento sofreu alterações em 9/10/96, apresentadas pelo Vereador Quadrado Rego, em que propunha uma redução para seis mil escudos/mês, atendendo às reclamações dos moradores. A Câmara aprovou estas alterações por unanimidade. Por proposta do Vereador Gabriel Oliveira, foi aprovada, por unanimidade, no dia 21/7/99, outra alteração relativa à isenção do pagamento para moradores (...). Informou irem verificar a possibilidade de não haver limite ao número de lugares, mas apelou aos Presidentes de Junta de Freguesia algum cuidado na emissão de atestados de residência. Quanto ao estacionamento dos eleitos da Assembleia, declarou ser impossível reservar lugares para todos. Por outro lado, disse, a Assembleia reúne depois da vinte horas, altura em que os parquímetros já não são pagos, pelo que poderão recorrer a esses lugares. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Júlio Correia, disse que os problemas da Avenida José Pontes já se arrastam há muito tempo, no entanto já foi preparada a execução da obra. Quanto às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

questões colocadas pelo Senhor José Graça, nomeadamente sobre a lixeira, disse que o PDM não permite a criação de ferros-velho, e neste caso, existe alguma confusão sobre a competência territorial – Amadora/Sintra. Um dos casos descritos no Jornal, está em território da Amadora, mas o outro, metade está no concelho de Sintra e a outra metade está no Concelho da Amadora. Este é um ferro-velho clandestino e como tal sem autorização de funcionamento, pelo que foi notificado a sair no prazo de dez dias, prazo esse que ainda decorre. Lamentou, no entanto, que o Ministério faça leilões para venda de viaturas do Estado, sem verificar se os licitadores estão ou não licenciados, tendo sido o caso deste. Relativamente a Avenida D. Pedro V, informou que iria ser feita uma intervenção no âmbito do pavimento e escoamento de água.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra para dizer que, relativamente à descentralização das Sessões da Assembleia, era assunto que poderia ser discutido em sede de Comissão Permanente. Quanto às Moções sobre a dignificação das Assembleias Municipais, disse ter sempre o cuidado de remeter fotocópia das mesmas a todos os membros da Comissão Permanente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por concluído.

V - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e), do artigo 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, *“Informação escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*;

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de dezoito minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que ele acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores António Alves Nunes, Mário Ventura, José Teodoro, Amílcar Martins, a Senhora Maria Luisa Jubilado e o Senhor Catolino Pinto.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, solicitou informações sobre os motivos que levaram à revogação da Deliberação da Câmara nº. 698/99, relativa aos arranjos de espaços verdes.

O Senhor Mario Ventura, na sua intervenção, fez alguns reparos relativamente à informação escrita, dizendo nomeadamente que a mesma era muito abstracta e pouco pragmática, tendo por isso solicitado alguns esclarecimentos.

O Senhor José Teodoro, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara um maior cuidado na elaboração da informação escrita, dado ser muito omissa e sintética em algumas matérias.

Tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este comentou que quem escutasse as intervenções, ficava com a ideia que as obras do cruzamento do Borel são um desastre, em que se circula com mais dificuldade, no entanto, garantiu não ser essa a opinião dos utilizadores. Respondeu às dúvidas levantadas pelo Senhor Mário Ventura. Para terminar referiu, que a informação apresentada à Assembleia Municipal, não era aquela que gostaria, contudo assegurou que se tem feito esforços no sentido de melhorar.

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva para responder ao Senhor António Alves Nunes, tendo dito que com a alteração da legislação, os Serviços, sem consultarem a Câmara, transformaram o concurso limitado em consulta prévia, pelo que teve de ser revogada a deliberação.

A Senhora Maria Luisa Jubilado, (...), pediu informações sobre o estudo prévio da Biblioteca Piteira Santos.

O Senhor Catolino Pinto, falou sobre a transferência temporária da Biblioteca Municipal para o ex-Centro de Saúde de Alfragide, lamentando que, como Presidente da Junta de Freguesia, não tivesse tido qualquer informação sobre o assunto. Lamentou igualmente, que não se tivessem desenvolvido esforços para que Alfragide pudesse dispôr de um Centro de Saúde.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para informar que havia sido solicitada a indicação de um terreno para instalação do Centro de Saúde. A Câmara criou as condições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

para que esse terreno fosse disponibilizado. Como para a parte norte da Freguesia, o Ministério não pretende abrir uma unidade de saúde, a Câmara estabeleceu contactos com a Clínica de Santo António, no sentido da mesma assegurar esse serviço. A Clínica de Santo António apresentou uma proposta para instalação de um serviço de formação de técnicos de saúde. Apesar da falta desses técnicos, mas não sendo esse o objectivo da Câmara, foi solicitada nova proposta, estando-se a aguardar o seu envio. Quanto à transferência da Biblioteca, deveu-se a uma medida de carácter urgente e de emergência, enquanto se tomam algumas medidas, pelo que é uma situação provisória. Acrescentou, que por lapso, a informação escrita não referia a Escola do Casal da Mira, para a qual já há terreno e está a ser elaborado o respectivo estudo prévio.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

2 – Apreciação, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, do *“Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 1999”*;

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de dezoito minutos, assim como a Câmara Municipal, para apreciar a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal dos documentos, ao que ele acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores António Tremoço de Brito, Júlio Correia, José Fernandes, a Senhora Maria Luisa Jubilado, os Senhores Joel Monteiro, António Alves Nunes, Manuel Jerónimo, José Teodoro, João Vieira e Amílcar Martins.

O Senhor Júlio Correia, na sua intervenção declarou que na página 64, Projecto 12, acção 3, a obra só começou há um mês, e que o Projecto 6, acção 1, está referida como concluída mas a mesma ainda não começou.

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção, alertou para a diferença entre as acções planeadas e as concretizadas, nomeadamente, na educação em que das 121 acções planeadas, apenas foram concretizadas 45. Na cultura, das 58 acções, concretizaram-se 40. No desporto e tempos livres, das 38 acções previstas, foram cumpridas 21.

A Senhora Maria Luisa Jubilado, sobre o desenvolvimento e conclusão das obras de construção da Praceta Natália Correia, disse que a acção estava concretizada, mas o pavimento começava a ficar ondulante, devido à circulação de veículos pesados, pelo que solicitou a sua verificação. Falou sobre o Abaixo-Assinado dos moradores da Rua Padre Himalaia, por causa das lombas, as quais, estão a provocar danos no prédios circundantes.

Joel Monteiro referiu que na sua Freguesia muitas das acções ficaram por realizar, tendo solicitado que no próximo Plano de Actividades e Orçamento as mesmas sejam concretizadas, nomeadamente as Escolas E.B. Falagueira 1 e Falagueira 4, a Escola Secundária da Falagueira (Mães de Água) e o Mercado.

O Senhor António Alves Nunes lamentou que na higiene e limpeza muitas das acções não tenham sido concretizadas.

O Senhor Manuel Jerónimo, informou que na Avenida Camilo Castelo Branco/Estrada da Circunvalação, nas traseiras do Restaurante "O Sossego", todos os dias o trânsito começa por volta das 5.30 horas da manhã. Os autocarros, ocupam toda a faixa de rodagem paralisando o trânsito, pelo que solicitou o recuo do passeio em alguns metros.

O Senhor José Teodoro, declarou que o município teve muito pouco investimento na área da higiene e limpeza, apesar do ano de 1999 ter sido o ano em que mais se investiu. Informou não ter percebido muito bem o que havia sido feito na área dos deficientes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, referiu existir um Regulamento recente que regula a utilização do subsolo e em que prevê a fiscalização da reposição de pavimentos, no entanto os operadores do gás e da TVCabo, abrem buracos e não repõem o pavimento, nomeadamente a calçada, pelo que solicitou a actuação da Câmara. Saudou a Câmara pela forma como o Relatório foi apresentado, apesar das dúvidas apresentadas.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dizer que nos Planos anteriores, muitas eram as acções não concretizadas e que transitavam de ano para ano. Quando assumiu a presidência da Câmara verificou, que não haviam projectos, pelo que estão a ser executados, os concursos estão a ser lançados e as obras estão a ser feitas.

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva para informar ser entendimento dos Serviços, que uma acção só está concretizada quando toda a verba prevista para a acção estiver efectivamente gasta. Obviamente, o Plano tem continuidade e há acções que não necessitam de todo o dinheiro e como tal as acções aparecem no Relatório como não concretizadas. Lembrou, a título de exemplo, que em 1997, em resíduos sólidos, foram executados 36.422 contos - 28,92%, do Orçamento para essa área - . Comparando com 1999, foram gastos 416.035 contos, o que corresponde a 60,37% de concretização.

Foi dada a palavra à Senhora Vereadora Judite Pinto, para informar o Senhor José Teodoro que no futuro, as acções relativas aos deficientes, iriam ser mais detalhadas e esclareceu alguns pontos do documento.

O Senhor Joel Monteiro, referiu que, com a gestão da CDU, foram realizados muitos projectos e obras, envolvendo um investimento de muitos milhares de contos.

O Senhor João Vieira, referiu que o CDS/PP tinha por hábito, por estar desligado do Executivo Municipal, não votar favoravelmente os Planos de Actividade e Orçamentos presentes à Assembleia, no entanto considerou que o presente Executivo poderia ter ido mais longe nos seus compromissos para com a população da Amadora.

O Senhor Amílcar Martins, na sua intervenção, fez uma declaração política.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature and initials: C. S. Rodrigues

Municipal sobre a Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos”;

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de seis minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou À Senhora Vice-Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que ela acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto.

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos 24 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que a presente Deliberação fosse aprovada em Minuta, ao que o Plenário acedeu por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea e) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa à “*Associação Humana – Isenção de Taxas de Ocupação da Via Pública*”;

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de seis minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou à Senhora Vice-Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que ela acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Jerónimo e António Alves Nunes.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos 25 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que a presente Deliberação fosse aprovada em Minuta, ao que o Plenário acedeu por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

5 - Designação, nos termos da alínea l) do Artigo 17º. da Lei nº. 147/99, de 1 de Setembro, de quatro cidadãos eleitores para integrarem a *“Comissão de Protecção de Menores da Amadora”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de seis minutos, assim como a Câmara Municipal, para discutir a proposta.

Informou igualmente, que a Comissão Permanente havia reunido para elaborar Proposta sobre a matéria, a qual foi lida de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto.



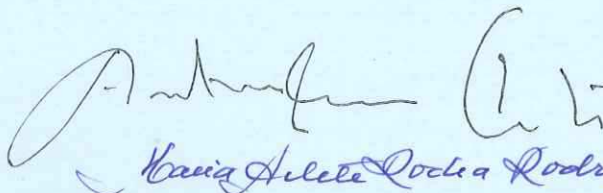
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Face à ausência de inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia informou, que a Comissão Permanente entendeu, dado não se tratar de uma eleição para os Órgãos da Assembleia, mas de uma designação, que a votação poderia ser efectuada por braço no ar, em vez do voto secreto, no entanto, remeteu a decisão final para a Assembleia. Dado a Assembleia não se opôr à forma de votação preconizada pela Comissão Permanente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos 25 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que a presente Deliberação fosse aprovada em Minuta, ao que o Plenário acedeu por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

Finda a Ordem do Dia, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a Sessão às 21.30 horas.


Maria Adelaide Rocha Rodrigues